

aplicada com as seguintes estipulações suplementares, para desembolso dos recursos do Empréstimo para pagamentos a serem feitos para o(s) Fornecedor(es).

1. O Banco Pagador mencionado na Brochura de Compromisso deverá ser o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd.

2. O Banco Mandatário mencionado na Brochura de Reembolso deverá ser o Banco de Cabo Verde.

3. A unidade monetária do país do Devedor sempre que mencionada na Brochura de Transferência é o Escudo Cabo-verdiano.

4. Os documentos comprovativos que evidenciam cada pagamento e a sua utilização, conforme mencionado na Secção 3.02 (1) (d) e 4.02 (1) (d) da Brochura de Transferência, deverão ser os seguintes:

(1) Para pagamento aos fornecedores para entrega/expedição de bens:

(a) A factura dos fornecedores especificando os bens, com a quantidade e os preços, que foram ou estão a ser fornecidos/expedidos e, se algum, conhecimento de embarque ou documento semelhante evidenciando a expedição/entrega dos bens listados na factura; e

(2) Para pagamentos ao abrigo dos contratos de construção civil:

(a) a nota crédito, promissória ou factura dos empreiteiros demonstrando, em detalhe satisfatório, o trabalho realizado pelos empreiteiros e o montante reivindicado para os mesmos, certificado pelo engenheiro-chefe ou responsável do projecto da Agência Executora nomeado para o Projecto no sentido que o trabalho realizado pelos empreiteiro é satisfatório e está em conformidade com os termos do respectivo contrato; esse certificado pode ser feito separadamente da nota de crédito, promissória ou factura.

(3) Para pagamento para serviços de consultoria:

(a) a nota de crédito dos consultores indicando, em detalhe satisfatório, o serviço prestado, o período abrangido, e o montante pago aos consultores; e

(4) Para pagamento de outros serviços prestados:

(a) a nota de crédito, promissória ou factura dos prestadores de serviço especificando a natureza dos serviços prestados e o respectivo montante cobrado.

Nota: Se tais serviços são relativos a importação de bens (por exemplo: frete, pagamentos de seguros), deverão ser entregues referências adequadas para a JICA conseguir relacionar cada um desses itens aos bens específicos, ao custo do que foi ou vai ser financiado pelo JICA.

Resolução n.º 18/2014

de 10 de Março

Hoje, em plena era da globalização, uma sociedade moderna e desenvolvida reconhece-se por um modelo de desenvolvimento social e económico onde os processos de aquisição, armazenamento, processamento, distribuição e disseminação de informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenham um papel central na actividade económica, na criação de riqueza e na definição da qualidade de vida dos cidadãos.

Os novos desafios que se colocam à sociedade moderna conferiram à informação georreferenciada um papel cada vez mais relevante, constituindo-se como suporte imprescindível ao desenvolvimento de actividades de ordenamento, planeamento e gestão do território, de preservação e valorização de recursos naturais e patrimoniais e de promoção e gestão de actividades económicas e sociais.

Cabo Verde, seguindo a tendência internacional, está a desenvolver esforços significativos de modernização no âmbito da informação geográfica. Nesta perspectiva, é um imperativo incrementar a sua produção, articulação e disponibilização, facilitando cada vez mais o seu acesso aos serviços da administração, às empresas e à comunidade em geral.

O Governo, consciente dessa realidade, elegeu a gestão do território, incluindo o seu ordenamento, o planeamento urbanístico, o desenvolvimento urbano, as políticas de habitação, e o cadastro predial como uma das suas prioridades, como um imperativo do desenvolvimento e também pela vontade de ter um país ordenado e competitivo.

Para o efeito, iniciou reformas legislativas no domínio da gestão do território, sendo de destacar os seguintes diplomas:

- Decreto-Legislativo n.º 2/2007, de 19 de Julho, que aprova a lei de solos;
- Decreto-Legislativo n.º 3/2007, que regula a expropriação de imóveis e de direitos a este relativo, pela extinção da titularidade do expropriado e concomitante transferência desta para o Estado, autarquias locais ou quaisquer outras entidades públicas ou privadas, por causa de utilidade pública e mediante justa indemnização;
- Decreto-Legislativo n.º 1/2006, de 13 de Fevereiro, alterado Decreto-Legislativo n.º 6/2010, de 21 de Junho, que aprova as Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico;
- Decreto-Lei n.º 43/2010, que aprova Regulamento Nacional do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico;

- Decreto-Lei n.º 5/2012, de 28 de Fevereiro, que regula a toponímia a nível nacional e municipal e cria a comissão nacional de toponímia;
- Decreto-Lei n.º 35/2011 de 26 de Dezembro que estabelece o regime jurídico de geodesia;
- Decreto-Lei n.º 24/2012, de 16 de Agosto, que regula a institucionalização do Sistema de Informação Territorial de Cabo Verde (SIT-CV), fixando as normas para a sua Gestão e Manutenção, enquanto Infra-estrutura de Dados Espaciais de Cabo Verde (IDE-CV);
- Decreto-Regulamentar n.º 14/2010, de 6 de Dezembro, que aprova o Plano Cartográfico Nacional;
- Decreto-Lei n.º 55/2010, de 6 de Dezembro, que estabelece os princípios e as normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional; e
- Decreto-Lei n.º 29/2009, de 17 de Agosto, que estabelece o regime jurídico do cadastro predial.

A par de toda esta reforma legislativa ocorreu também reforços institucionais e imprimiu-se uma dinâmica expressiva na elaboração dos instrumentos de gestão territorial. Hoje o território nacional é coberto por diversos instrumentos desde o nível nacional, regional até os planos urbanísticos, o que exige uma elevada capacidade de articulação dos agentes territoriais e torna cada vez mais exigente a gestão do território face à dinâmica do desenvolvimento, numa perspectiva integrada e com base em informação credível.

Na sequência, pela Resolução n.º 23/2009, de 1 de Agosto, revogado pela Resolução nº 44/2010, de 09 de Agosto, criou-se a Unidade de Coordenação do Cadastro Predial, uma estrutura administrativa de missão, com competências nas áreas de cartografia, geodesia e cadastro predial, tendo, como um dos seus principais objectivos criar as condições legais e institucionais para a criação e instalação de um serviço dotado de ampla autonomia na gestão do território.

Neste contexto, é criado o Instituto Nacional de Gestão do Território (INGT), um organismo dotado de personalidade colectiva pública e inerente autonomia administrativa financeira e patrimonial para assegurar o desempenho de funções administrativas não empresariais determinadas, pertencente ao Estado ou a outra pessoa colectiva pública, que tem como missão prosseguir as políticas públicas no domínio, do planeamento e do ordenamento do território, do desenvolvimento urbano, da habitação, do cadastro predial, da cartografia, geodesia, gestão da Infra-estrutura de Dados Espaciais de Cabo Verde (IDE-CV).

A criação do INGT visa atingir objectivos de racionalização de recursos e de melhoria da eficiência e de eficácia na prestação de serviço público, promovendo assim o

desenvolvimento de sinergias no exercício de funções próximas ou complementares, até aqui confiadas a organismos distintos, valorizadas ainda pela integração, a partir da sua institucionalização.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 96/V/99, de 22 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 2/2005, de 10 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico geral dos serviços autónomos, dos fundos autónomos e dos institutos públicos;

Nos termos n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Criação

É criado o Instituto Nacional de Gestão do Território, abreviadamente designado por INGT, com atribuições nacionais nos domínios do ordenamento do território, desenvolvimento urbano, habitação, geodesia, cartografia, IDE-CV e do cadastro predial, cujo Estatuto será aprovado por Decreto Regulamentar, nos termos da lei.

Artigo 2.º

Natureza

O INGT é um serviço personalizado do Estado, dotado de personalidade jurídica e inerente autonomia administrativa, e financeira e património próprio.

Artigo 3.º

Entidade de superintendência

O INGT funciona sob a superintendência do membro do Governo responsável pelo Ordenamento do Território, Urbanismo, Habitação, Cartografia e Cadastro Predial.

Artigo 4.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 13 de Fevereiro de 2014.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução n.º 19/2014

de 10 de Março

Considerando que um dos pilares estratégicos da política governamental é o desenvolvimento do turismo através da promoção de Cabo Verde quer além-fronteiras, quer internamente;

Considerando que, dessa promoção, tem resultado uma afluência cada vez maior de turistas e de nacionais a no-